

A ATUAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL (CREAI) DO BANCO DO BRASIL ENTRE 1937 E 1969

Área 3 – História Econômica

André da Silva Redivo¹
Pedro Cezar Dutra Fonseca²

RESUMO

Este artigo irá analisar a Carteira de Crédito a Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil, entre 1937 e 1937. Esta instituição foi criada com o objetivo de fornecer crédito especializado para a agricultura e indústria, durante o período do Processo de Substituição de Importações (PSI). Neste período, a política econômica adotada pelo Estado tinha sentido desenvolvimentista. A criação da carteira pode ser inserida nesta mesma lógica, ou seja, o Estado também atua sobre o crédito especializado. Entende-se que o sistema bancário pode se relacionar de modo positivo com a industrialização. O trabalho tem como principal fonte de dados os relatórios do Banco do Brasil apresentados nas Assembleias Gerais de Acionistas do banco. Tais documentos apresentam um conjunto de informações estatísticas relevantes, sendo que neste trabalho são apresentadas aquelas relacionadas com o financiamento das atividades econômicas e também a sua estrutura de recursos. Percebe-se que a carteira possui um papel relevante no financiamento das atividades econômicas desenvolvidas durante o período do PSI, caracterizado pelo processo de mudança estrutural no país. Além disso, a atuação do Estado também acontece sobre o sistema financeiro, através da criação de uma instituição de crédito especializado.

Palavras-chave: Economia Brasileira. História Econômica do Brasil. Desenvolvimentismo. Financiamento do Desenvolvimento. Banco do Brasil. Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

ABSTRACT

This paper will analyze the Agricultural and Industrial Credit Portfolio (CREAI) of Banco do Brasil between 1937 and 1937. This institution was created with the objective of providing specialized credit for agriculture and industry during the period of the Substitution Process of Imports (PSI). In this period, the economic policy adopted by the State had developmentalist sense. The creation of the CREAI can be inserted in this same logic, that is, the State also acts on the specialized credit. It is understood that the banking system can relate positively to industrialization. The main data source is Banco do Brasil's reports presented at the Bank's General Shareholders' Meetings. These documents present a set of relevant statistical information, and this paper presents those related to the financing of economic activities and also their resource structure. It can be seen that the CREAI has a relevant role in financing the economic activities developed during the period of the PSI, characterized by the process of structural change in the country. In addition, the State's performance also happens on the financial system, through the creation of a specialized credit institution.

Keywords: Brazilian Economy. Economic History of Brazil. Developmentalism. Development Finance. Banco do Brasil. Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

JEL: G24, O23, O43.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, área de Desenvolvimento Econômico. Professor do Curso de Ciências Econômicas da UNIPAMPA. Email: andre.redivo@gmail.com.

² Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS e Pesquisador do CNPq, Brasil. E-mail: pedro.fonseca@ufrgs.br.

1. Introdução

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil, teve sua criação deliberada na Assembleia Geral de Acionistas do Banco em 14 de novembro de 1936. Sua criação oficial, entretanto, acontece em 1937 através da Lei nº 454, de 9 de julho de 1937, que permitiu ao Tesouro Nacional subscrever 100 mil contos de réis em ações do banco, assim como emitir bônus também de 100 mil contos para o financiamento das atividades que seriam desempenhadas pela nova carteira. Porém, o efetivo funcionamento da mesma, com a realização de operações de crédito acontece em 1938. Em 1969, após mudanças significativas no sistema financeiro nacional e também com o crescimento de instituições como o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE) no financiamento das atividades industriais, a CREAI deixa de existir, sendo criada em seu lugar, no Banco do Brasil, a Carteira de Crédito Rural.

A criação da nova instituição de financiamento acontece sob a tutela da maior instituição financeira do país durante o período, uma vez que tentativas anteriores de se criar novas instituições de crédito haviam falhado. Sendo assim, o risco associado à um novo banco não aconteceria, facilitando suas operações de captação de recursos e também de financiamento das atividades produtivas. Outro ponto característico da CREAI foi o fato de atender a dois setores econômicos com características, mas também necessidades, distintas. A escolha deste formato de crédito especializado, de estar atrelada ao Banco do Brasil e de atender aos dois setores, não aconteceu sem que antes acontecesse um debate sobre a sua estrutura ideal no Brasil.

É importante observar que a carteira é inaugurada em um contexto onde há uma intencionalidade industrializante, na medida em que uma série de novas instituições são criadas para atender aos novos requisitos de desenvolvimento almejado. Assim, as ações do Estado passam a ter um sentido que se move pela busca de uma mudança estrutural, com maior diversificação da pauta exportadora e aumento da participação da indústria na economia. Este processo de industrialização acontece pelo que se convencionou chamara de Processo de Substituição de Importações (PSI), e foi amplamente estudado dentro da literatura econômica brasileira.

A industrialização brasileira, dentro dos marcos do PSI tem sido amplamente debatida no meio acadêmico brasileiro, com importantes contribuições para compreensão do processo. Mesmo também tendo sido objeto de estudos, relacionados com o processo de industrialização, percebe-se que há margem para contribuições que tratem do funcionamento do sistema financeiro nacional durante o período em que a economia brasileira viveu um processo intenso de mudança, marcado pela maior diversificação da estrutura agrícola e também pelo aumento da participação da indústria na economia.

Além do espaço que pede o estudo sobre o sistema financeiro nacional, durante do período do PSI, também convém entender até que ponto o mesmo foi influenciado pela ação do Estado na formação de sua estrutura. Este trabalho parte da premissa que também foram adotadas políticas governamentais – as quais incluem tanto as instrumentais (política fiscal, monetária e cambial), quanto as institucionais – que influenciaram na criação de uma estrutura capaz de atender aos objetivos de industrialização. Ou seja, o Estado atuou na formação de uma estrutura do sistema financeiro, com características próprias e que se distingue daquelas observadas em outros países.

Apresentar as principais características da atuação da CREAI, portanto, é o objetivo deste trabalho. O período escolhido para a análise de suas atividades é 1938 a 1968. A data inicial se justifica por ser aquele onde as operações da carteira se iniciam. Por sua vez, o ano de 1968 é usado como data limite, devido a ser o último período com dados disponíveis nos mesmos termos dos anos anteriores. O trabalho que se segue teve como uma de suas principais fontes os relatórios produzidos pelo Banco do Brasil para suas Assembleias Gerais de Acionistas. Tal material contém um rico acervo de estatísticas econômicas, que incluem aquelas sobre as atividades da carteira. Os dados apresentados em moeda nacional foram todos deflacionados pelo Deflator do PIB.

O trabalho está dividido em seis seções, incluindo esta introdução. A segunda seção visa apontar brevemente a discussão que envolveu a criação da CREAI, bem como caracterizar a necessidade de incluí-la dentro do conjunto de estudos que buscam relacionar o desenvolvimento industrial ao sistema bancário. Na terceira seção será apresentado como a CREAI se comportou durante o processo de industrialização brasileiro num sentido mais amplo, ao buscar um dimensionamento de suas ações frente a outros indicadores econômicos. A quarta seção é realizada com intuito de exibir a atuação setorial da carteira,

demonstrando como os créditos concedidos eram distribuídos, bem como discutindo algumas diferenças estruturais entre os setores atendidos. A estrutura de *funding* da carteira, assim como as suas limitações, são expostas na quinta seção. Por fim, na última seção, serão tecidos alguns comentários finais. Este trabalho ainda conta com um apêndice, onde são disponibilizados dados importantes sobre a atuação setorial da carteira e também sua comparação com a estrutura da produção agrícola e industrial.

2. A atuação Bancária em casos de industrialização: o caso da CREA

A relação entre o sistema financeiro, com ênfase ao sistema bancário, tem sido estudada em trabalhos seminais, como de Gerschenkron (2015) e Cameron (1967; 1972). Apesar de analisarem a importância que os bancos possuem em estágios iniciais de industrialização por diferentes abordagens, ambos contribuem para a discussão do desenvolvimento econômico por ressaltar a importância de instituições especializadas no fornecimento de crédito.

Gerschenkron (2015) adota uma abordagem centrada no que chama de grau de atraso. Assim, o desenvolvimento econômico dos países se diferencia do caso originário, o inglês, pelo grau relativo de atraso. É este que determinará as diferenças institucionais entre os países durante as fases de industrialização. Países que iniciam sua industrialização depois possuiriam uma vantagem de poder utilizar tecnologias consolidadas, sem necessariamente passar pelas fases de desenvolvimento.

Na abordagem elaborada por Gerschenkron (2015) destacam-se dois exemplos clássicos. O primeiro deles é a Alemanha, onde o processo de desenvolvimento industrial teria ocorrido com o impulso promovido pelo sistema bancário. Assim, nos casos de atraso relativo moderado, os bancos seriam responsáveis por impulsionar os empresários industriais no sentido da industrialização, por tornarem possível os investimentos em capital fixo requeridos. Neste sentido, as instituições financeiras teriam um papel importante de coordenação das ações empresariais.

O segundo caso clássico do autor é a Rússia. Por ser um caso de atraso mais significativo que o alemão, o desenvolvimento industrial russo teria sido impulsionado por ações do Estado. Este, assumiria o papel de coordenação das ações de desenvolvimento industrial, ao invés dos empresários, como no caso originário da Inglaterra. Assim, o processo de concentração e orientação do Capital se daria através do Estado.

Portanto, tem-se dois exemplos que servem para demonstrar que os processos de industrialização são diferenciados pelo grau relativo de atraso no qual se encontram os diferentes países. Gerschenkron chama atenção para o fato de que os processos de industrialização são motivados por uma ideologia responsável por orientar as ações de desenvolvimento. Assim, o processo precisaria de forças que não são apenas guiadas pela lógica econômica, ou pelo tradicional mecanismo de preços.

Por sua vez, os estudos coordenados por Cameron (1967; 1972) tem como sentido o dimensionamento da participação do setor bancário em estágios iniciais de industrialização. Assim, os bancos passam a assumir um tamanho relativo cada vez maior com relação a outras variáveis econômicas e populacionais. O autor discorda da abordagem de Gerschenkron (2015) sobretudo com relação a noção de que o grau de atraso é que teria orientado os processos de industrialização e também do desenvolvimento bancário.

Apesar de serem abordagens distintas, ambas são importantes por sua originalidade e por passarem a considerar que o sistema bancário não é neutro, ou passivo, no desenvolvimento industrial. Entretanto, considera-se que ambas podem ser utilizadas em conjunto. Mesmo Cameron (1967; 1972) discordando do papel desempenhado pelos bancos no processo de desenvolvimento alemão e russo, a hipótese de grau de atraso e da necessidade de uma ideologia industrializante não deixa de ser testável para outros casos de industrialização. Por sua vez, os estudos conduzidos por Cameron, com grande ênfase ao dimensionamento das instituições bancárias, também podem ser utilizados para outros casos de industrialização para além daqueles que compõem as suas obras.

Schumpeter (1982) também já havia introduzido a noção de que o crédito assume um papel relevante no desenvolvimento econômico, ao atribuir um papel significativo para o banqueiro na reorientação das atividades econômicas na direção das novas combinações. Neste sentido, o empresário inovador precisaria do poder de compra proporcionado pelo crédito para poder realocar os recursos existentes no sistema econômico no sentido das inovações. Esta contribuição seminal de Schumpeter (1982) origina outros estudos como o de King e Levine (1993).

Neste sentido, King e Levine (1993) comparam níveis de desenvolvimento financeiro com taxas de crescimento econômico, acumulação de capital e ganhos de eficiência, tentando identificar a validade da correlação estabelecida originalmente por Schumpeter. Concluem, portanto, que a contribuição originária pode estar correta, uma vez que seus estudos estatísticos validam a hipótese inicial. Outro estudo de Levine (1997) busca estabelecer a relação entre desenvolvimento econômico e as instituições financeiras através das funções que o sistema financeiro desempenha. Assim, a correção entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico se daria pelo bom desempenho das funções clássicas dos sistemas financeiros, que são a intermediação de poupança, redução do risco, supervisão da administração das empresas, facilitação das trocas, e fornecimento de informação.

Aceitando que o sistema financeiro pode ter uma relação positiva com o desenvolvimento, cabe destacar que não há um formato único, ou ideal, como já fora destacado por Cameron (1967; 1972). Neste sentido, Zysman (1983) estabelece uma tipologia dos sistemas financeiros e o fornecimento de capital. Nesta, classifica três formas básicas que os mesmos podem assumir, quais sejam: i) sistemas baseados em mercados de capitais, onde a intermediação dos recursos é regulada pelo mecanismo de preços livres; ii) sistemas baseados em bancos, com a intermediação regulada por instituições privadas que assumem papel relevante na formação dos preços; e iii) sistemas baseados em bancos onde o Estado controla os preços de intermediação financeira. Aqui se destaca duas diferenças fundamentais. A primeira delas é que podem existir sistemas onde predominam mercado de capitais ou bancos e a segunda é que pode haver sistemas onde o Estado intervém sobre os preços e sistemas onde o mercado, livre ou dominado por bancos, regula os preços. É importante destacar que nos sistemas onde o Estado atua, há um direcionamento para atividades específicas, consideradas necessárias para o processo de desenvolvimento econômico.

Vê-se, de acordo com a literatura aqui explorada, que a relação entre sistemas financeiros e desenvolvimento industrial apresenta diferenças institucionais. Estas diferenças podem ser interpretadas à luz das considerações nacionais sobre as trajetórias de desenvolvimento. Também considerando que o Estado pode assumir uma função de destaque, ao orientar a atuação do sistema financeiro no sentido do fornecimento do capital requerido ao desenvolvimento industrial, chega-se a ideia do Estado Desenvolvimentista, explorado por autores como Evans (1993, 2004), Chang (1999) e Wade (1999). Estes destacam que o Estado Desenvolvimentista se diferencia do Estado Liberal, ao interagir com o mercado na promoção do desenvolvimento.

No caso específico do Brasil, entende-se que o Desenvolvimentismo orientou o desenvolvimento industrial durante o Processo de Substituição de Importações (PSI). Segundo Fonseca (2014) o desenvolvimentismo envolve tanto “fenômenos do mundo material”, quanto “fenômenos do mundo do pensamento”. Aquele envolve a prática do desenvolvimentismo por meio de políticas econômicas orientadas para tal fim, enquanto o último fenômeno se daria no sentido da construção de um conjunto teórico que desse suporte para a ação do Estado. Assim, chega ao que pode se chamar de *core* do conceito de desenvolvimentismo que seria: i) a existência de um projeto nacional; ii) a intervenção consciente do Estado; e iii) industrialização como meio de atingir este objetivo. Assim, dada a consciência de uma situação de atraso econômico, o Estado interveio na promoção do desenvolvimento industrial como forma de superar tal condição.

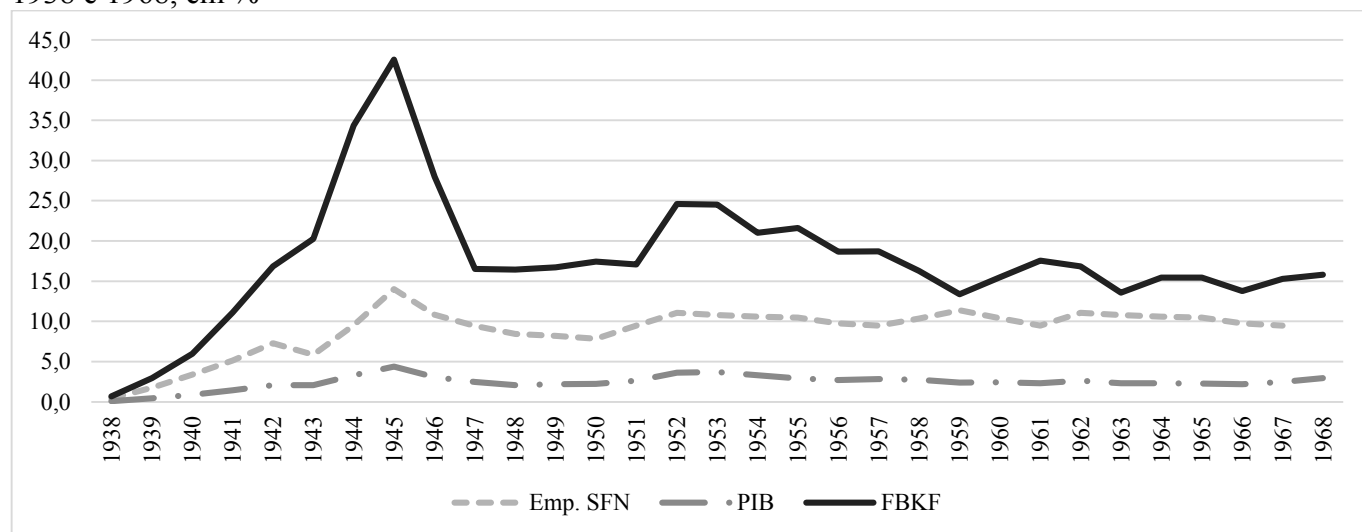
No Brasil, a CREA foi a primeira expressão da atuação do Estado por meio de uma instituição específica para o crédito especializado. Apesar de ter sido criada em 1937, a institucionalidade do crédito especializado foi alvo de discussões realizadas durante a década de 1930. Pacheco (1979) aponta que a criação de uma instituição de crédito já era alvo de pedidos de agricultores. Também se observa, através de conferência realizada por Roberto Simonsen (1931) que os industriais também demandavam uma instituição que atendesse às suas necessidades de crédito. Tentativas anteriores foram realizadas, já no primeiro governo Vargas, em 1934, de criar bancos de crédito que atendessem aos setores industrial e rural. Criados por meio dos Decretos nº 24.575, de 04/07/1934 (Brasil, 1934b), e nº 24.641, de 10/07/1934 (Brasil, 1934a) o Banco de Crédito Industrial e Banco Nacional de Crédito Rural não passaram de leis que não entraram em vigor.

Além da tentativa de criação de instituições que atenderiam os setores em específico, o formato institucional também foi debatido entre os formuladores de políticas econômica e políticos da época. Entram nesta discussão Leonardo Truda (1937), Presidente do Banco do Brasil quando a CREA foi

fundada; Paulo Frederico Magalhães (1939), chefe do departamento de estudos econômicos em 1937; e Mario de Andrade Ramos (1939), que fora deputado federal e compunha comissões de assuntos econômicos na câmara dos deputados entre 1933 e 1935. Os dois primeiros defenderam a criação de uma instituição de crédito especializado nos moldes da CREAI. Acreditavam que seria a melhor solução, para que não houvesse o risco de se criar uma nova instituição que não contasse com a solidez apresentada pelo Banco do Brasil. Assim, haveria facilidade de captação de recursos, economia na formação da estrutura administrativa e também a rápida entrada em funcionamento. Nota-se nas argumentações de ambos que defendiam a existência de um sistema bancário com bancos mistos, que atuassem tanto no crédito especializado, quanto no crédito comercial.

Ramos (1939) defendia que a CREAI fosse transformada em banco especializado, uma vez que ela não teria a dimensão adequada para o financiamento do desenvolvimento. As propostas realizadas por ele tinham como premissa a ideia de que o sistema bancário deveria atuar por bancos especializados, segmentados por funções. Assim, o Banco do Brasil deveria ser mantido como banco comercial, e o banco derivado da CREAI atuaria como banco de desenvolvimento. Ainda discordava da do duplo mantado da carteira, ao atender tanto o setor industrial, quanto o rural. Em sua entrevista, apresenta casos de países onde o crédito se dá por meio segmentado. Apesar da discordância, nenhum dos citados discorda de que a institucionalidade a ser criada deveria se dar por meio de bancos públicos. É interessante observar, ainda, que discordam também com relação ao campo teórico de economia. Magalhães (1939) cita em sua entrevista o teórico alemão Ernest Wagemann (1937), que se baseava em estruturas econômicas específicas, onde haveriam países capitalistas e semicapitalistas. Já Ramos (1939) se define como liberal, ao afirmar que as ações econômicas deveriam se dar por meio das teorias liberais.

Figura 1 - Relação entre os Empréstimos realizados pela CREAI e o total de Empréstimos do Sistema Bancário Nacional, do Produto Interno Bruto (PIB) e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), entre 1938 e 1968, em %



Fonte: Para Empréstimos do Sistema Bancário Nacional e Empréstimos da CREAI Banco do Brasil (Vários Anos), para Produto Interno Bruto e Formação Bruta de Capital Fixo IBGE (2018)

De todo modo, a CREAI acaba sendo mantida entre 1937 e 1969. Na Figura 1 é possível observar a sua atuação, comparada com indicadores econômicos selecionados, durante todo o período. Nota-se um crescimento das relações entre 1938 e 1945, período que corresponde ao Estado Novo. Além disso, a queda posterior está relacionada com as políticas de restrição orçamentária adotadas no período. A mudança no tom dos relatórios também é interessante. Em 1946, quando o relatório para o ano de 1945 é publicado, o novo presidente do Banco do Brasil, já sob a presidência de Dutra, faz uma série de críticas às políticas monetárias adotadas anteriormente (BANCO DO BRASIL, 1946). Pacheco (1979) inclusive ressalta a mudança de orientação de política econômica através das novas orientações se sentido empregado para a atuação do Banco. É interessante apontar que há uma discussão introduzida por Peláez (1968), como crítica a interpretação de Furtado (1961), afirmando que o período 1930-1945 era caracterizado pela ortodoxia na

condução da política econômica, além de contestar outros pontos da hipótese de Furtado. Silber (1977) rediscutindo o debate, aponta que não houve a prática de políticas ortodoxas durante o período. A análise dos resultados abaixo, demonstra que há um movimento de crescimento das operações de crédito por parte da CREA, com participação do Estado na orientação de suas atividades. A partir de 1950 a participação da carteira no total emprestado pelo Sistema Bancário Nacional, a sua proporção frente ao PIB cresce até se estabilizarem, a exceção da relação frente a FBCF que passa oscilar ao long do período, mas em função das variações próprias desta variável.

Percebe-se, portanto, que há uma literatura que busca estabelecer uma relação positiva entre os sistemas financeiros e o desenvolvimento econômico. Em especial, aqui se ressalta a correlação que possa existir entre a atuação dos bancos e o desenvolvimento industrial. Também se destaca que os sistemas financeiros não assumem formas únicas, podendo haver diferentes combinações, com predomínio ou de mercados de capitais ou de sistemas bancários na intermediação de recursos. Além disso, também se destaca que o Estado pode assumir um papel relevante na relação entre bancos e industrialização pela possibilidade de criar instituições bancárias. Também pode-se acrescentar que, ao utilizar de bancos públicos para orientar o desenvolvimento econômico, o Estado age com certa orientação e que no caso brasileiro esta orientação foi o desenvolvimentismo.

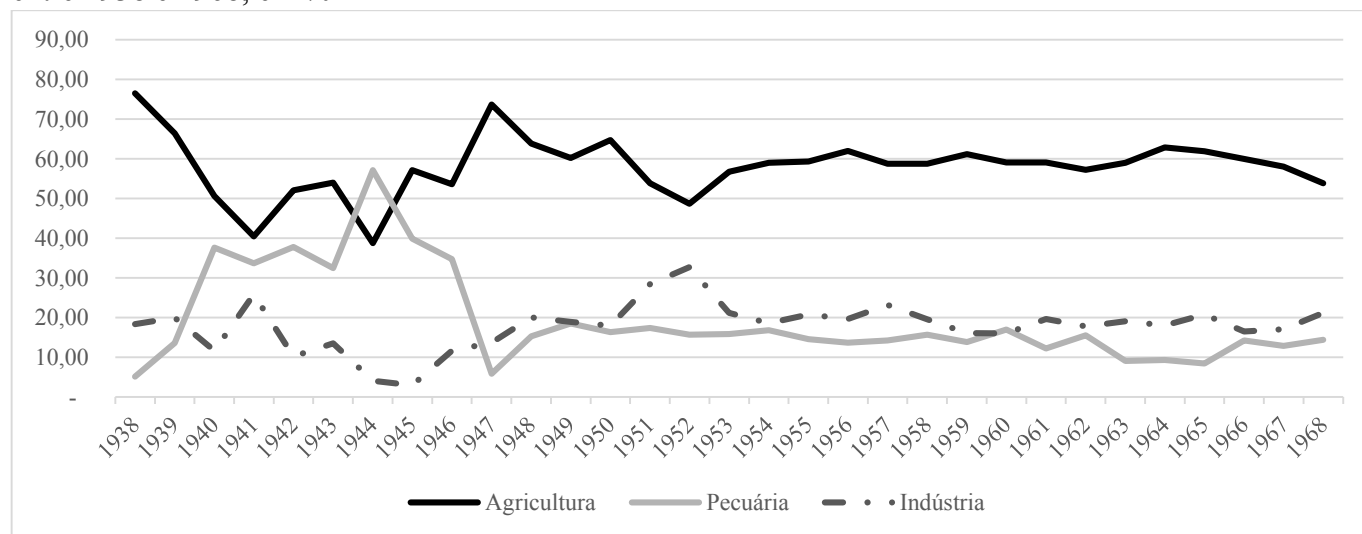
Nas próximas seções será explorada uma instituição específica, que passa a operar em 1938 no crédito especializado no Brasil, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI). Esta pertencia ao Banco do Brasil e atendia tanto ao setor rural, quanto ao industrial. A sua criação pode ser considerada a primeira ação do Estado brasileiro no sentido de formação de um conjunto de instituições que atuariam sobre o desenvolvimento econômico do país durante o período de 1930 a 1980, sendo que a CREA existiu entre 1937 e 1969. Assim, delimita a institucionalidade do sistema financeiro nacional, ao ampliar as capacidades do sistema bancário na intermediação do crédito para a acumulação de capital.

3. Aspectos relevantes da atuação setorial da Carteira

Algumas características da atuação da CREA já são conhecidas. Segundo Araujo (2007); Beskow (1994) e Silva (2007) a maior parte dos créditos concedidos pela carteira era destinada ao setor rural, com grande ênfase para a agricultura. Esta afirmação pode ser constatada na

Figura 2. Nota-se que este predomínio se dá para todo o período 1938 a 1969, período onde os dados estão disponíveis, já que as operações iniciaram efetivamente em 1938 e a carteira tem suas atividades encerradas em 1969.

Figura 2 - Participação da Agricultura, Pecuária e Indústria no total de créditos concedidos pela CREA, entre 1938 e 1968, em %



Fonte: Banco do Brasil (Vários Anos).

Um traço característico do início das operações da carteira foi a de adotar uma política gradual de concessão de crédito. Como fica demonstrado nos regulamentos (Banco do Brasil, 1952), pela análise dos tipos de atividades financiadas, haviam algumas limitações para a realização de empréstimos para implantação inicial de indústrias, exceto se estas fossem de interesse nacional. A limitação para tais empréstimos é explicada pela necessidade de adotar uma atitude gradual e de prudência. O Relatório de 1938 (Banco do Brasil, 1939b, p. 35) aponta que pedidos de crédito em desacordo com as linhas oferecidas pela carteira, “ou visando aventurosas expansões, não podiam fazer jus ao auxílio do crédito instituído para determinados fins, reconhecidamente produtivos, e proporcionado racionalmente”.

Os relatórios também apontam para a necessidade de se amparar as atividades agrícolas que mais interessariam aos interesses nacionais. Neste sentido, o custeio da entressafra de produtos como cana-de-açúcar, arroz, milho, frutas, e também a produção pecuária foram priorizadas inicialmente. Com relação a indústria as operações realizadas no quando da instalação da carteira tinham como foco o auxílio na compra de matérias primas e também para a aperfeiçoamento de aparelhagem. Foram priorizadas operações industriais que tinham relação com a agricultura, como as usinas açucareiras instaladas no nordeste.

Sabe-se que, dentro do debate econômico do período, existem interpretações que aludem a uma falta de consciência do processo de substituição de importações, simbolizado pela mudança do centro dinâmico da economia brasileira para o seu mercado interno (Furtado, 1961). Entretanto, outras interpretações (Fonseca, 2003; Draibe, (2004b) apontam para as estratégias de criação de novas instituições a partir da década de 1930, o que denota além de consciência da mudança econômica, também a sua intencionalidade. Os relatórios do Banco do Brasil (1939b, p. 11) revelam essa consciência, como se nota nessa passagem, que trata da expansão do crédito proporcionada pela CREA:

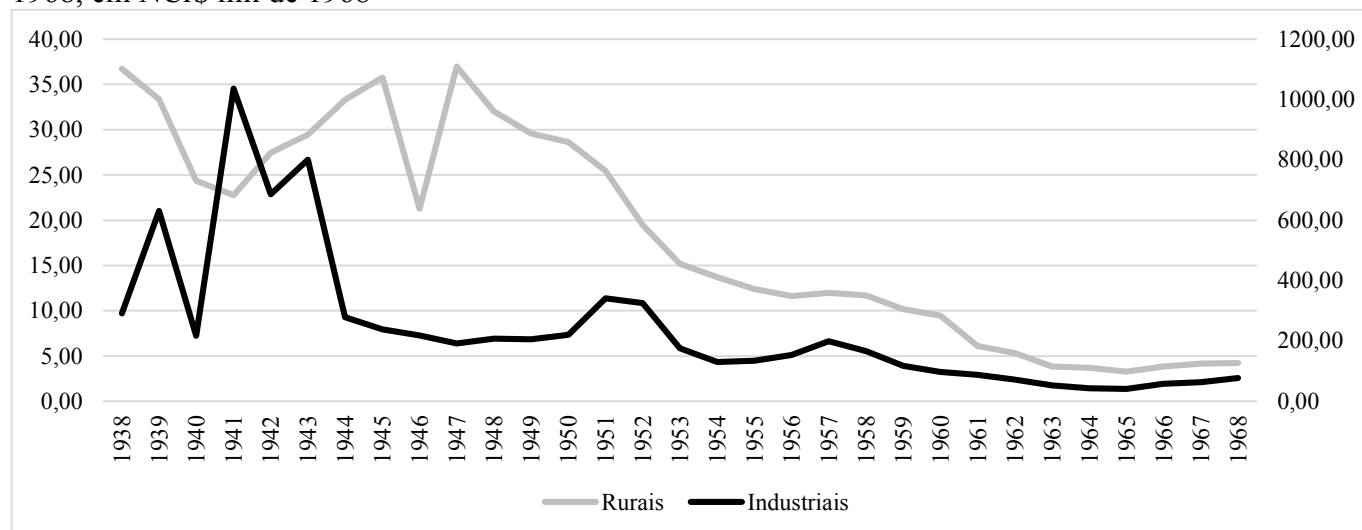
Esse progresso representa uma fase do coroamento da ação dos poderes públicos do país no sentido não só de passarmos para o regime de poliexportação, com o desdobramento do quadro de nossos produtos exportáveis, mas também de realizarmos a maior autarquia possível no campo das mercadorias que podemos e devemos produzir presentemente, em maior escala, como o trigo, o carvão, os produtos da pequena e da média siderurgia. Essa política tem melhorado substancialmente as condições de resistência da economia nacional às violentas oscilações dos preços dos produtos primários nos mercados mundiais, mas não poderá anular, além de certos limites, a nossa “sensibilidade” a tais flutuações, que, por sua natureza, escapam, em grande parte, ao nosso controle. Não nos deveremos esquecer de que continuaremos sujeitos, como país de estrutura agrária, às crises cíclicas que atuam sobre os produtos de base nos mercados internacionais.

Em 1941, quando a CREA faz suas primeiras operações de crédito para o setor siderúrgico, demonstra-se a intenção de mudança no padrão econômico, como vem sendo ressaltado até aqui:

A monocultura constituiria hoje regime obsoleto e, portanto, totalmente incompatível com a nossa posição dentro do próprio continente. Fizemos, pois, da policultura e da industrialização um programa de incessantes iniciativas com os resultados mais proveitosos. Foi uma segunda etapa, como prenúncio da terceira, que é a implantação da grande siderurgia” (BANCO DO BRASIL, 1941, p. 22).

Apesar de se conhecer que os créditos concedidos para o setor rural eram superiores aos industriais, alguns traços característicos devem ser mencionados. Como pode ser visto na Figura 3, o crédito médio fornecido ao setor industrial era superior ao concedido para o setor rural. Sobre os valores por empréstimos serem superiores: “[...] o empréstimo industrial é, individualmente, de valor bem superior, visto serem mais dispendiosas as instalações fabris do que as rurais” (BANCO DO BRASIL, 1948, p. 78-79). O Período de 1941 a 1943 representa o ápice do valor médio dos créditos concedidos para a indústria. Este resultado acontece em função de empréstimos realizados pela carteira para a instalação inicial de uma indústria metalúrgica de alumínio em Ouro Preto-MG e também para a instalação de uma indústria de celulose no Paraná. Nota-se que apesar da limitação imposta pelos regulamentos iniciais da carteira, a mesma realiza empréstimos para instalação inicial de indústrias importantes, dado o interesse nacional. É importante destacar o potencial efeito substitutivo de importações destes empréstimos realizados. Após o período mencionado, e sobretudo a partir de 1947 o valor médio das operações, tanto para a agricultura, quanto para a indústria são decrescentes.

Figura 3 - Valor Médio dos Créditos Concedidos pela CREA I aos setores rural e industrial, entre 1938 e 1968, em NCr\$ mil de 1968

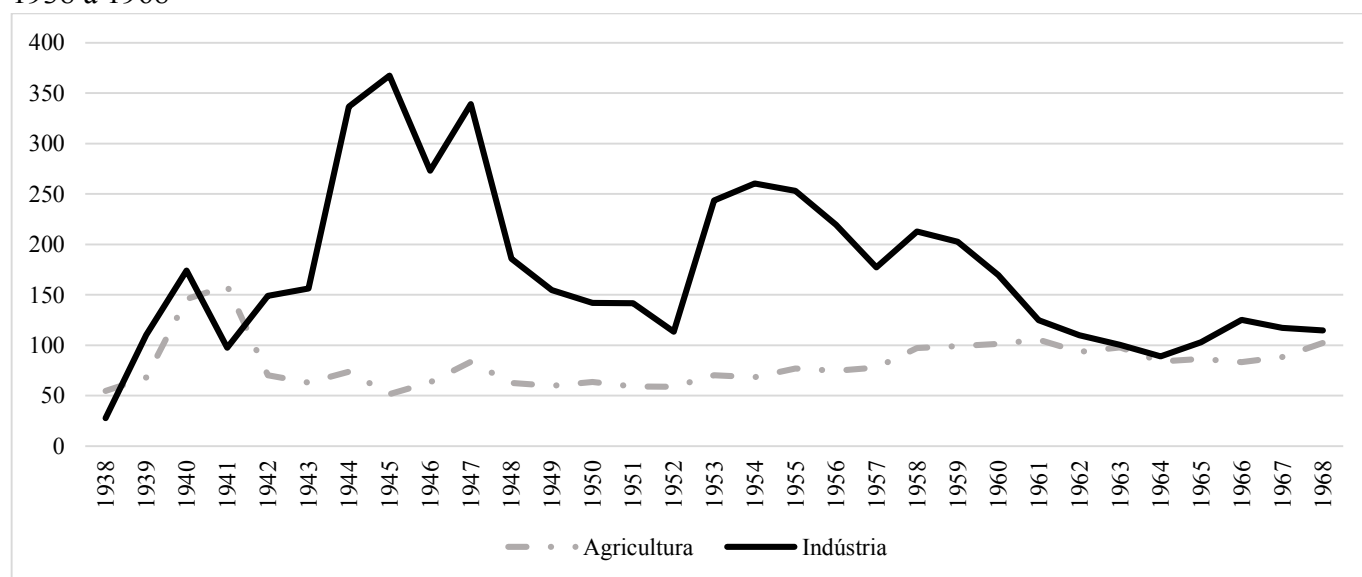


Fonte: Banco do Brasil (Vários Anos).

Nota: Eixo da esquerda: valor médio dos créditos concedidos para atividades rurais; eixo da direita: créditos concedidos para atividades industriais.

Outra característica das operações de financiamento aos setores industrial e agrícola que merece ser destacado é a relação entre empréstimos realizados e os créditos concedidos. A primeira representa o estoque de financiamentos realizados pela CREA I, sendo exposto nos balanços do Banco do Brasil. A segunda variável diz respeito ao fluxo anual dos financiamentos realizados pela carteira. Neste sentido a relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos é uma medida que representa a estrutura de prazos dos financiamentos aos setores. Assim, pela Figura 4 - Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREA I à Agricultura e Indústria, entre 1938 a 1968 é possível observar que os empréstimos industriais apresentam prazos maiores do que aqueles realizados para a agricultura. A título de exemplo, tem-se que em 1945 a cada NCr\$ 1,00 de crédito concedido haviam um estoque de NCr\$ 368 para a indústria, enquanto que para a agricultura esta relação é de NCr\$ 1,00 de crédito concedido para cada NCr\$ 52 do estoque de empréstimos.

Figura 4 - Relação entre Empréstimos e Créditos Concedidos pela CREA I à Agricultura e Indústria, entre 1938 a 1968



Fonte: Banco do Brasil (Vários Anos).

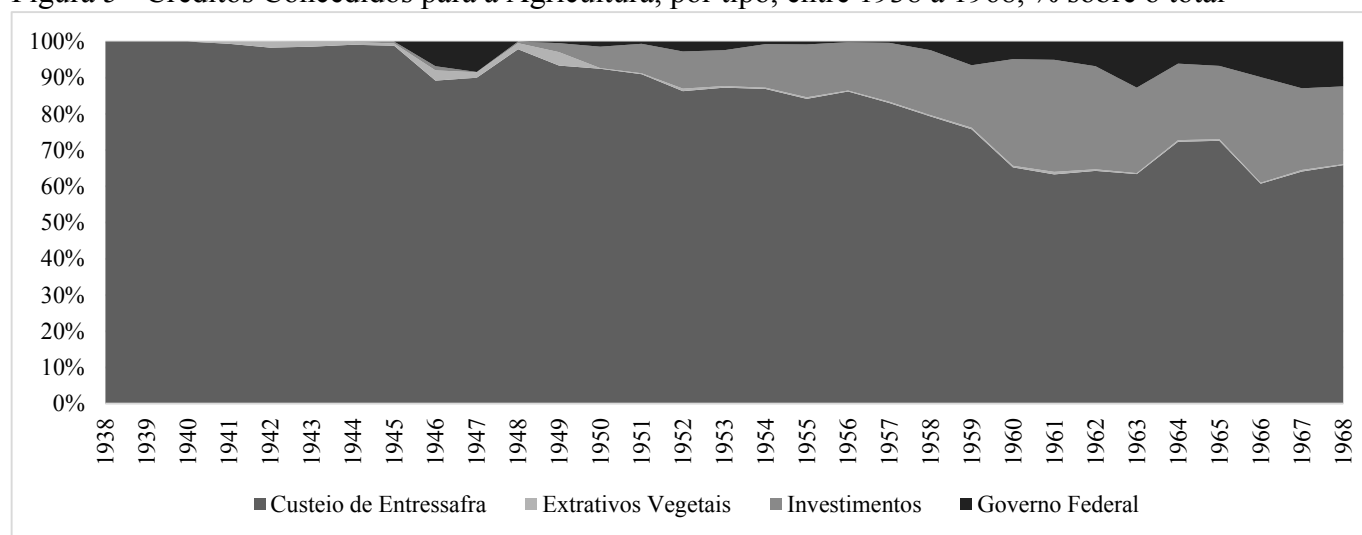
Esta característica é explicitada nos regulamentos da CREA, desde o início das operações. No regulamento de 1937 as operações rurais tinham prazos de um e dois anos, enquanto as industriais tinham prazo de três e cinco anos. O regulamento de 1939 mantém tais prazos. Já no regulamento de 1942, ampliam-se os prazos das operações industriais, com a criação de uma categoria de dez anos, para empréstimos reforma, aperfeiçoamento e aquisição de maquinaria para a indústria de transformação e outras indústrias consideradas genuinamente nacionais (BANCO DO BRASIL, 1952).

Apesar deste predomínio dos créditos concedidos para a agricultura, os relatórios da instituição apontam para uma preocupação com todos os três grandes setores. Com relação ao setor agrícola, as preocupações iniciam-se com a necessidade de se diversificar a estrutura produtiva nacional. Em 1937 a estrutura agrária brasileira ainda apresentava um predomínio da agricultura de exportação. Ao longo dos anos, as preocupações evoluem no sentido de garantir uma maior produtividade do setor, ao incentivar a introdução de máquinas e também de uso de fertilizantes na produção agrícola.

Na Figura 5 é possível observar a estrutura de créditos concedidos para a agricultura. Nela é possível observar que até o início da década de 1950 os financiamentos eram realizados para o custeio de entressafra, modalidade de crédito com menor prazo. Este resultado é condizente com aquilo que os relatórios expressavam, da necessidade de ampliar a produção agrícola e diversificá-la. Também pode ser observado que desde a década de 1940 o governo federal já praticava uma política de preços mínimos através da CREA. É importante ressaltar que em tal política estavam incluídas culturas como de algodão, cana-de-açúcar, entre outras. O financiamento para atividades extrativas vegetais sempre apresentou baixa participação no total. Já os financiamentos para Investimentos – que incluem desde máquinas, como tratores, até fertilizantes – começam a se elevar durante a década de 1950.

É neste período que se busca uma melhoria da produtividade agrícola, através da melhoria das condições de produção do setor. Autores como Delgado (2001, 2002) e Szmercsányi e Ramos (2002) apontam para o processo de modernização realizado pela agricultura no período do PSI, ressaltam que a partir de 1965, após a tentativa de reestruturação da estrutura fundiária, passa-se para o que se chama de modernização conservadora. Nela, há uma ampliação do crédito para a agricultura com o objetivo de mecanizar e intensificar o uso de fertilizantes no setor. A CREA, como principal fonte de financiamento do setor no período participa ativamente do processo, como os dados apresentados.

Figura 5 - Créditos Concedidos para a Agricultura, por tipo, entre 1938 a 1968, % sobre o total



Fonte: Banco do Brasil (Vários Anos)

A participação da CREA no financiamento de tratores é bastante expressiva, como mostram os relatórios, que também apontam para a rápida expansão da produção deste tipo de máquina agrícola. Se em 1960 a produção fora de 37 tratores nos países (Banco do Brasil, 1963, p. 108), em 1968 o total produzido foi de 9.526 unidades (Banco do Brasil, BANCO DO BRASIL, 1969, p. 87), mostrando a rápida expansão do segmento, além de elevado percentual de nacionalização, que em 1962 já chegava a 71% do valor do

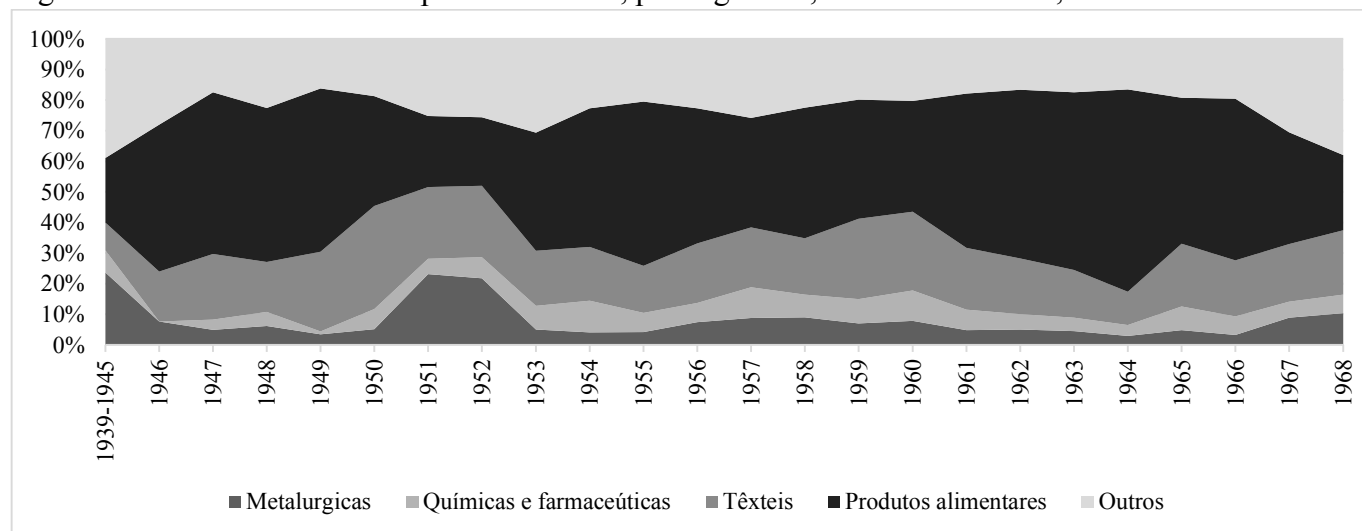
produto (Banco do Brasil, 1963, p. 109). Quanto a participação da Carteira no financiamento da compra de tratores pelos agricultores brasileiros, destaca-se que:

A destacada atuação do Banco do Brasil, através de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, na sustentação da indústria nacional de tratores, máquinas e implementos agrícolas, toma-se evidente quando se verifica que, para uma venda de 29.684 tratores nacionais no triênio 1963/65, o Banco apresenta 23.922 unidades financiadas. Mesmo descontando um número assaz reduzido de unidades importadas cuja venda foi financiada pela CREA, é lícito afirmar que o Banco financiou mais de 75% da produção nacional de tratores no período (BANCO DO BRASIL, 1966, p. 73).

Por sua vez, os créditos concedidos para a Indústria, apresentados na Figura 6 - Créditos Concedidos para a Indústria, por segmento, entre 1938 a 1968, % sobre o total, demonstram que os principais segmentos do setor a serem atendidos pelos créditos concedidos pela CREA são o de têxteis e de produtos alimentares. Uma ressalva sobre os dados apresentados na figura é necessária. Os relatórios do Banco do Brasil só passam a expor anualmente os créditos concedidos para o setor a partir de 1946, sendo que os resultados para 1939 a 1945 são expostos na forma de somatório. A participação dos produtos metalúrgicos é elevada em alguns períodos, com destaque para 1939-1945 e 1950 a 1953. No primeiro dos dois períodos apontados a carteira contribuiu com a instalação inicial de metalúrgicas de alumínio no estado de Minas Gerais. Para o segundo período apontado, é interessante observar que há um crescimento dos créditos concedidos justamente no período anterior a criação do BNDE, em 1952.

Uma breve comparação com as operações do BNDE se faz necessária aqui. Segundo o BNDE (1968), em seu relatório sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico, as principais atividades financiadas pela instituição foram a indústria de base e o setor de infraestrutura. Sendo assim, faz sentido, numa lógica de segmentação da atuação de financiamento da CREA e do banco de desenvolvimento, que ambos financiassem setores e segmentos industriais distintos. Além disso, o mesmo relatório aponta que os empréstimos realizados eram majoritariamente direcionados ao setor público. Conforme aponta Najberg (2002), o BNDE tem suas atividades orientadas para o financiamento do setor público até o final da década de 1960, quando os empréstimos realizados passam a ser direcionados ao setor privado em sua maioria.

Figura 6 - Créditos Concedidos para a Indústria, por segmento, entre 1938 a 1968, % sobre o total



Fonte: Banco do Brasil (Vários Anos)

Nota: Na categoria outros estão os segmentos de extração mineral, minerais não metálicos, material elétrico e de comunicação, construção e montagem do material de transporte, papel e papelão, construção civil e serviços industriais de utilidade pública, além de outros agrupados sob a denominação de diversos e não identificados nos relatórios.

Além da composição dos créditos concedidos são apresentados nas Tabela 3 e Tabela 4 uma comparação entre a participação dos segmentos industriais no total da produção industrial com a distribuição dos créditos concedidos pela CREA para os mesmos segmentos; e também a participação dos de algumas culturas agrícolas no total do valor da produção agrícola comparada com a participação das

mesmas culturas no total de créditos concedidos para a agricultura. Neste último caso, os produtos agrícolas estão separados por produtos para exportação e produtos para mercado interno.

Quando analisado a relação exposta na Tabela 3, nota-se que as atividades industriais que ocorre uma maior diversificação da estrutura produtiva industrial, com aumento da participação de setores mais intensivos em capital. Entretanto, esta diversificação não é acompanhada pelos créditos concedidos pela CREA, dado que estes continuam se concentrando, em grande parte, para os segmentos de têxteis e produtos alimentares. Esta relação pode ser compreendida à luz do que foi exposto sobre a segmentação do financiamento industrial realizados pela carteira e pelo BNDE. Assim, é razoável que os créditos da CREA tenham se concentrado naqueles segmentos.

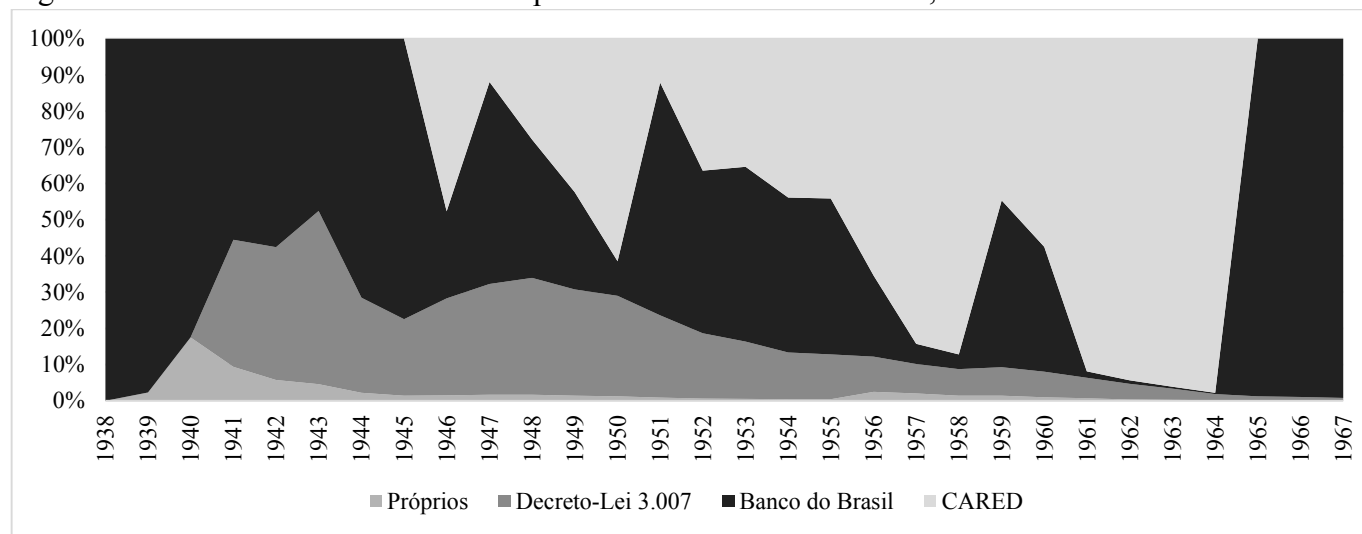
Por sua vez, a comparação entre a participação das culturas agrícolas no total do valor da produção industrial com a participação das mesmas culturas nos créditos concedidos revela uma mudança na sua estrutura. Observa-se que, inicialmente, os créditos concedidos pela CREA se concentram nas culturas destinadas à exportações, sobretudo até a década de 1950. A partir desta década, os próprios relatórios do Banco do Brasil passam a expor uma maior preocupação com o aumento da produção para o mercado interno. Assim, os créditos concedidos pela agricultura passam a ter uma maior participação das culturas típicas de mercado interno a partir da década de 1960.

Cabe ressaltar aqui que a complementaridade entre os setores agrícola e industrial, no que tange a distribuição dos recursos da CREA. Nos momentos em que as restrições cambiais eram mais nítidas, as atividades agrícolas que foram mais beneficiadas pelo crédito da carteira foram aqueles voltados para o mercado externo, sendo, portanto, auxiliar no processo de geração de divisas. Já no período onde se intensifica a pressão de demanda por produtos alimentares, pela intensificação do PSI e a correspondente urbanização, aumentam os créditos concedidos as culturas de mercado interno. Assim, mesmo tendo maior participação, é possível apontar que os créditos concedidos à agricultura também beneficiaram, mesmo que indiretamente, o setor industrial.

4. A composição do *funding* da CREA e suas limitações

O *funding* da CREA foi institucionalizado através dos sucessivos regulamentos da carteira, sendo quatro ao total: 1937, 1939, 1942 e 1952. Nestes regulamentos fica estabelecido que as fontes de recursos são a emissão de bônus, os depósitos compulsórios de institutos de previdência, recursos do próprio Banco do Brasil e também da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Na Figura 7, apresenta-se a composição dos recursos da CREA entre 1938 e 1967, período para o qual haviam dados disponíveis. Os dados das fontes de recursos passam a ser disponibilizados pelo banco, em seus relatórios, a partir de 1946. Assim, para compor o período 1938-1945, foram utilizados os balanços do banco em 31 de dezembro de cada ano.

Figura 7 - Fontes de Recursos utilizadas pela CREA entre 1938 e 1968, em % do total



Fonte: Banco do Brasil (Vários Anos).

Na Figura 7 os recursos denominados de “próprios” são formados por bônus emitidos pela carteira. Estes não se concretizam como uma forma de obtenção de *funding* por parte da CREAM. Ressalta-se que durante as discussões sobre o formato institucional a ser adotado pelo crédito especializado no país usou-se como argumento para defender a forma adotada o fato de que haveria maior facilidade para colocação dos bônus no mercado, uma vez que os compradores se baseariam na credibilidade do Banco do Brasil. Os bônus foram planejados para serem lançados conforme as necessidades da carteira. Assim, esses só seriam emitidos quando aumentassem os empréstimos da Carteira. No regulamento de 1937 se estabelece que os bônus seriam de dois, três e cinco anos e os recursos obtidos com cada tipo seriam direcionados para empréstimos com prazo equivalente (BANCO DO BRASIL, 1952).

Os recursos apontados como “Decreto-lei nº 3.077, resultam do recolhimento compulsório realizado pelo Banco do Brasil junto a institutos de previdência. O regulamento de 1942 passa a apontar que Institutos de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões deveriam utilizar 15% dos seus fundos para compra dos bônus que fossem emitidos para composição dos recursos da Carteira. Ainda, segundo o decreto, seriam depositados no Banco do Brasil recursos que dependeriam de autorização judicial para utilização e também os depósitos realizados para garantia da execução de contratos firmados com empresas que fornecem serviços públicos.

Ainda no regulamento de 1942, introduz-se uma aquela que seria a principal forma de captação de recursos da CREAM até 1965, quando os redescontos passam a ser feitos pelo Banco Central e não mais pelo Banco do Brasil. Assim, os contratos que tivessem no penhor rural a forma de garantia, poderiam ter suas cédulas redescontadas pela Carteira de Redescontos, com taxa inferior a 2%. Assim, o regulamento de 1942 introduz modificações na forma de composição do *funding* do Banco do Brasil que seriam marcantes durante toda a vigência da carteira.

No ano de 1952 a estrutura de recursos passa a ser dividida entre recursos comuns e específicos. Os comuns eram aqueles obtidos via CARED, através do redesconto de títulos. Já os específicos eram aqueles relacionados com a emissão de bônus, os depósitos compulsórios regulados pelo Decreto-lei 3.077, e também por tributos e contribuições que pudessem ser criados para compor os recursos da CREAM. A partir da década de 1960 a carteira passa a contar com recursos que eram obtidos do exterior. Dado que o Banco do Brasil perde a sua função de banco central, ao atuar no mercado de redescontos, função absorvida pelo Banco Central, a CREAM deixa de contar com esta importante fonte de recursos.

A partir da década de 1960, a CREAM também passa a contar com recursos obtidos do exterior. Com a mudança do sistema financeiro, introduzida pela Lei nº 4.595, de 31/12/1964, estes recursos passam a ser importantes. Na Figura 7, tais fontes estão na categoria Banco do Brasil, os valores descritos em “Banco do Brasil”, incluem repasses realizados por instituições estrangeiras³. No ano de 1963 (Banco do Brasil, 1964, p.29) é destacado no relatório o acordo realizado entre o banco e a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID) para o financiamento de “ampliação, renovação e instalação de indústrias por pequenos e médios empresários”. Neste sentido, esperava-se que o acordo:

[...] permitirá o atendimento de boa parte das exigências da atual conjuntura industrial brasileira na área de atuação da Carteira, mediante rápida melhoria de posição dos empréstimos para instalações fixas, sem maiores sacrifícios no campo dos financiamentos para matérias-primas (BANCO DO BRASIL, 1964, p. 29).

O repasse da AID à CREAM, por meio do Banco do Brasil foi de US\$ 25,5 milhões. Apesar desta nova fonte de recursos, os relatórios do banco continuam a apontar para a escassez de recursos:

[...] encontra-se a Carteira praticamente desprovida de recursos específicos, vindo a operar quase que exclusivamente à base de suprimentos de outras origens [...] Evidencia-se a necessidade inadiável de dotar a Carteira de meios próprios que lhe permitam prestar melhor assistência financeira às forças produtoras em expansão (BANCO DO BRASIL, 1965, p. 23–24).

³Os relatórios do Banco do Brasil não apresentam a distribuição destes fundos ao longo do tempo ao descrever seus recursos, no período 1963-1966. Somente para os anos de 1967 e 1968 é que tais recursos são apresentados separadamente nos relatórios. Para manter uma base de comparação para o período de análise do trabalho, 1937-1968, optou-se por manter tais recursos dentro do item “Banco do Brasil”, uma vez que tais recursos eram repassados ao Banco, para depois serem distribuídos nas operações de crédito da CREAM. Também não há maiores detalhes sobre as condições dos repasses (prazo, taxas de juro, etc.).

Os recursos obtidos via AID compuseram o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), que tinha como foco o financiamento de empresas de pequeno e médio porte. Tais recursos atendiam entre 60% e 80% do total dos financiamentos realizados pelas empresas. A justificativa para o uso de capital próprio das empresas era para que houvesse uma orientação do uso dos lucros retidos em investimentos produtivos (BANCO DO BRASIL, 1966). Os recursos da AID também compunham o chamado Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE). O mesmo era destinado para empresas que necessitassem de capital de giro para melhoria da produtividade e era necessário que as mesmas deveriam estar constituídas sob a forma de sociedade anônima ou realizar a abertura de capital; ou utilizassem os recursos para a produção de bens exportáveis; ou que realizasse investimentos em áreas onde houvessem baixa produção ou que atendessem a necessidades regionais. Os recursos distribuídos pela CREA foram da ordem de Cr\$ 26,5 bilhões, em 1965, Cr\$ 30,5 bilhões em 1966, NCr\$ 38,1 milhões em 1967 e NCr\$ 31,47 milhões em 1968 (BANCO DO BRASIL, 1966, p.68 e 1967, p.51 e 1968, p.78).

Também com recursos da AID foi criado o Fundo para Importação de Bens de Produção (FIBEP) (Banco do Brasil, 1969). Também passaram a ser obtidos empréstimos no exterior, para o FIBEP, regulados através da Resolução nº 63 do Banco Central. Os recursos do fundo atingiram em 1967 e 1968, NCr\$ 37,43 milhões e NCr\$ 46,97 milhões, respectivamente, através da AID. E os recursos obtidos via empréstimos no exterior foram da ordem de NCr\$ 1,5 milhões em 1967; e NCr\$ 165,65 milhões em 1968. Apesar de se obter uma nova fonte de *funding*, em 1967 e 1968 o total de recursos obtidos no exterior participaram com 5,2% e 10,1% do total dos recursos disponíveis pela carteira naqueles anos, respectivamente.

Também foram obtidos pela CREA recursos do *Kreditanstalt für Wiederaufbau* (KfW), no total de 56 milhões de marcos (Cr\$ 31,3 bilhões correntes), em 1966. Assim, criou-se o Fundo Alemão de Desenvolvimento (FAD) que tinha seus recursos destinados a instalação inicial, ampliação, reforma e modernização de empresas com faturamento anual inferior a Cr\$ 12 bilhões. Os recursos só foram desembolsados em 1967 e 1968, sendo de NCr\$ 3,2 e NCr\$ 13,3 milhões respectivamente (BANCO DO BRASIL, 1966). Portanto, apesar de ser importante para a estrutura de financiamento de longo prazo no país, a CREA apresentou limitações quanto a sua estrutura de *funding*.

As limitações impostas pela estrutura de recursos podem ser consideradas como sendo de duas ordens. A primeira delas, e que não é consensual, é o fato de que as emissões realizadas pela CARED poderiam ser consideradas como impulsionadoras da inflação. Neste sentido, os relatórios do Banco do Brasil apontam que as emissões realizadas para a formação dos recursos da CREA tinham relação com atividades econômicas reais, como foi o caso do redesconto de títulos de operações rurais. Apesar disso, sempre destacou a dificuldade financeira apresentada pelo governo federal, fato que estimulava as emissões monetárias.

Outra limitação que pode ser apontada é que a estrutura de créditos concedidos foi condicionada pelo fato de que os recursos obtidos por redescontos tinham prazos de dois anos. Assim é importante traçar um paralelo com a dimensão alcançada pelos créditos concedidos para a agricultura, sobretudo para o custeio de entressafra. As operações de maior prazo dependiam da existência de *funding* com maior prazo de maturação, como aqueles que seriam obtidos caso as emissões de bônus fossem bem sucedidas, ou se os depósitos compulsórios dos institutos de previdência alcançassem resultados superiores.

5. Considerações Finais

Neste trabalho apresentou-se a estrutura das operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil durante a sua existência. A ênfase recaiu sobre as operações aos setores econômicos, bem como as suas fontes de recursos ao longo do período 1937 a 1969. Além disso, apresentou-se uma base teórica que suporta a ideia de que há uma relação positiva entre sistema financeiro e crescimento econômico, aqui enfatizando os bancos e a industrialização.

Além disso, nota-se que a carteira existiu num período onde a atuação do Estado se deu tanto sob a forma de políticas econômicas instrumentais, como a fiscal, monetária e cambial, e também através de políticas institucionais. Assim, foram criadas instituições específicas com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial. No caso deste trabalho, enfatizou-se a criação da CREA, uma instituição de

crédito especializado. Portanto, o Estado desenvolvimentista também atuou sobre o crédito especializado, orientando o financiamento para setores selecionados através dos regulamentos do Banco.

Durante o período aqui analisado, algumas características são observadas ao longo do tempo, sendo que algumas delas merecem ser destacadas. A primeira delas é o fato de que a maior parte dos créditos concedidos ser direcionada para as atividades rurais. Apesar de ser superior ao financiamento industrial, este fato não descaracteriza a importância dos créditos da carteira para o PSI. Viu-se na Tabela 4 que a CREAÍ atuou no financiamento dos setores que eram importantes para o desenvolvimento das atividades industriais. Entre 1937 e até o final da década de 1950 foram financiadas em maior volume as culturas destinadas à exportação. Neste sentido, há uma contribuição para a formação de recursos cambiais necessários a importação de máquinas, equipamentos e matérias primas industriais.

Já durante a década de 1960 os financiamentos das culturas internas foram importantes no sentido de impulsionar atividades responsáveis pelo abastecimento do mercado interno. Observa-se, pelos relatórios uma maior intensificação dos financiamentos para investimentos que melhorariam as condições de produção agrícola, aumentando a sua produtividade. Além disso, viu-se que a CREAÍ financiava grande parte da compra de tratores nacionais, demonstrando uma inter-relação com as atividades industriais.

Também foi apresentado que os financiamentos industriais, foram realizadas em grande parte para os segmentos têxtil e de produtos alimentares. Apesar dessa constância ao longo do tempo, a CREAÍ financiou a instalação inicial de segmentos da metalurgia de alumínio, durante os anos iniciais das operações. O crédito para as atividades desempenhadas pelo Estado, sobretudo a infraestrutura e indústria de base, tiveram seu financiamento realizado pelo BNDE, que financia principalmente o setor público até o final da década de 1960. Por fim, as empresas privadas nacionais eram financiadas por lucros acumulados, mas também pela CREAÍ.

Um segundo traço importante da carteira é a sua estrutura de *funding*. Apesar de serem realizadas iniciativas de se instituir fontes como a emissão de bônus, e também o recebimento de depósitos compulsórios – mais bem-sucedidas que aquelas –, a forma predominante de obtenção de recursos foram as emissões monetárias realizadas pela CARED. A Carteira de Redesconto do Banco do Brasil passa a atuar, a partir de 1942 no redesconto de operações de crédito rural realizados pela CREAÍ. A partir da década de 1960 fontes externas foram utilizadas pela carteira, com a entrada de recursos via AID.

A mudança do sistema financeiro nacional em 1964 interfere diretamente nas operações da carteira. Com a extinção da Carteira de Redescontos, função típica de banco central desempenhada pelo Banco do Brasil, a CREAÍ perde a sua principal fonte de recursos. A partir de 1965 a principal fonte de recursos da carteira passa a ser as próprias disponibilidades do banco. Percebe-se que a estrutura de *funding* da CREAÍ pode ser considerada uma limitação para as suas operações e também uma influência para o fato de que a maior parte dos créditos serem direcionados para as atividades rurais. Sendo que a maior parte dos recursos era obtida via CARED, através do redesconto dos contratos de dívidas dos empréstimos rurais, e com dois anos de prazo, é razoável observar que a maior parte dos créditos concedidos tenha sido direcionada para operações de curto prazo da agricultura, como o custeio de entressafra.

Dado a dificuldade de obtenção de dados referentes a CREAÍ, optou-se por expor algumas estatísticas sobre a CREAÍ no apêndice deste trabalho. Todos os resultados em moeda foram deflacionados pelo Deflator do PIB. Os resultados expostos nos relatórios não permitiram a formação de séries uniformizadas para a distribuição regional do crédito. Também não haviam estatísticas organizadas das taxas de juros cobradas pelo Banco do Brasil e pela CREAÍ.

Portanto, a atuação da CREAÍ entre 1937 e 1969 pode ser analisada pela ótica das relações entre bancos e industrialização. Ocorre em um período da história econômica do país marcada pelo processo de substituição de importações, onde há um impulso das atividades industriais do país. Todo este processo tem a atuação marcante do Estado através da adoção de políticas econômicas que direcionavam o desenvolvimento. Neste sentido esta atuação também pode ser observada para o Estado e a orientação das atividades bancárias no sentido de orientar a distribuição do crédito especializado para o processo de industrialização.

Referências

- ARAÚJO, V. L. D. **Revisitando o desenvolvimentismo brasileiro: o BNDE e o financiamento de longo prazo - 1952/1964**. Tese—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.
- BAER, W. **A industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas**. Rio de Janeiro/Brasília: Jornal do Commercio/Banco do Brasil, Vários Anos.
- BANCO DO BRASIL. **Carteira de Crédito Agrícola e Industrial: leis e regulamentos**. Rio de Janeiro: n.d, 1952.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembléia Geral dos Assionistas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1963.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembléia Geral dos Assionistas**. Brasília: Banco do Brasil, 1966.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembléia Geral dos Assionistas**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1969.
- BESKOW, P. R. **O Crédito Rural Público numa Economia em Transformação: Estudo Histórico e Avaliação Econômica das Atividades de Financiamento Agropecuário da CREA/BB, de 1937 a 1965**. Tese—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- BNDE. **Relatório de 1968: XVII Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico**. Rio de Janeiro: BNDE, 1968.
- BRASIL. 24.641. Decreto nº 24.641, de 10 de Julho de 1934. Cria o Banco Nacional de Crédito Rural e estabelece normas para o seu funcionamento. . 10 jun. 1934 a.
- BRASIL. 24.575. Decreto nº 24.575 de 4 de Julho de 1934. Regula a organização dos bancos de crédito industrial e dá outras providências. . 4 jul. 1934 b.
- CAMERON, R. et al. **Banking in the Early Stages of Industrialization**. New York: Oxford University Press, 1967.
- CAMERON, R. (ORG). **Banking and Economic Development**. New York: Oxford University Press, 1972.
- CHANG, H.-J. The economic theory of the developmental state. In: WOO-CUMINGS, M. (Ed.). . **The Developmental State**. Cornell Studies in Political Economy. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.
- DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 157–172, 1 dez. 2001.
- DELGADO, G. C. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMERECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (Eds.). . **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- EVANS, P. O Estado como problema e solução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 28–29, p. 107–157, abr. 1993.
- EVANS, P. **Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. (Eds.). . **Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GERSCHENKRON, A. O atraso econômico em perspectiva histórica. In: BENJAMIN, C. (Ed.). . **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015. p. 404.

- IBGE. **Estatísticas do Século XX**. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/tabelas-setoriais/agropecuaria.html>>. Acesso em: 18 abr. 2018.
- KING, R. G.; LEVINE, R. Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 108, n. 3, p. 717–737, 1 ago. 1993.
- LEVINE, R. Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda. **Journal of Economic Literature**, v. 35, n. 2, p. 688–726, 1997.
- MAGALHÃES, P. F. Aspectos do Problema do Crédito Agrícola no nosso País. **O Jornal**, 3 dez. 1939.
- NAJBERG, S. Transformação do BNDES em financiador do Setor Privado Nacional. In: MONTEIRO-FILHA, D. C.; MODENESI, R. L. (Eds.). . **BNDES um Banco de ideias: 50 anos refletindo o Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. p. 345–355.
- PACHECO, C. **História do Banco do Brasil: História financeira do Brasil entre 1808 e 1951**. n.d: n.d, 1979. v. IV
- PELÁEZ, C. M. A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 22, n. 1, p. 15–47, 30 dez. 1968.
- RAMOS, M. DE A. **Banco do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.].
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SILBER, S. Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira durante o período 1929/1939. In: VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. (Eds.). . **Formação Econômica do Brasil: período republicano**. Série ANPEC de leituras de economia. São Paulo: Saraiva, 1977.
- SILVA, M. S. Política de mobilização de capitais para investimento privado: regulação bancária, e funding, operacionalização e desempenho da CREA (1932-1945). **Revista EconomiA**, v. 8, n. 4, p. 123–148, dez. 2007.
- SIMONSEN, R. **As finanças e a Indústria**. São Paulo: São Paulo Editora Limitada, 8 abr. 1931
- SZMERECSÁNYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMERECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. (Eds.). . **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- TRUDA, L. **O Crédito Agrícola no Brasil**. Conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura. **Anais...**Rio de Janeiro: n.d, 1937
- WADE, R. **El mercado dirigido: la teoría económica y la función del gobierno en la industrialización del este de Asia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- WAGEMANN, E. **Estructura y ritmo de la economía mundial: estudios prácticos acerca de los métodos empleados para pronosticar la coyuntura y para combatir las crisis**. Barcelona: Editorial Labor S.A, 1937.
- ZYSMAN, J. **Governments, Markets, ad Growth: Financial Systems and the politics of industrial Change**. London: Cornell University Press, 1983.

Apêndice – Quadros Estatísticos

Tabela 1 - Créditos Concedidos pela CREA para a Agricultura por tipo, entre 1939 e 1968, em NCr\$ mil de 1968

Ano	Contratos com o Governo Federal	Custeio de Entressafrá	Produtos Extrativos Vegetais	Investimentos	Total
1938	-	34.994	-	-	34.994
1939	-	89.700	-	-	89.700
1940	-	98.905	-	-	98.905
1941	-	141.267	924	-	142.191
1942	-	245.264	4.117	91	249.472
1943	-	266.541	3.547	279	270.366
1944	-	315.899	2.415	293	318.606
1945	-	615.269	3.960	3.382	622.610
1946	15.336	200.740	6.445	2.486	225.006
1947	16.922	181.403	3.011	138	201.474
1948	-	240.427	4.184	963	245.574
1949	1.388	325.806	12.797	8.846	348.838
1950	6.197	407.287	964	25.937	440.384
1951	3.161	450.675	1.177	40.241	495.254
1952	18.008	573.761	5.132	68.274	665.175
1953	15.012	559.585	2.755	63.535	640.887
1954	4.709	595.376	2.372	82.564	685.022
1955	5.206	534.006	2.821	92.263	634.296
1956	1.486	632.329	2.000	97.901	733.716
1957	3.208	691.588	2.821	135.549	833.166
1958	19.891	650.950	2.821	146.665	820.326
1959	60.495	698.687	3.919	158.605	921.706
1960	49.047	654.072	4.677	295.155	1.002.952
1961	51.680	646.205	7.409	315.441	1.020.735
1962	96.377	914.423	5.998	405.756	1.422.554
1963	163.658	813.329	3.964	302.576	1.283.527
1964	94.878	1.132.385	5.859	331.607	1.564.729
1965	75.360	817.296	5.522	227.801	1.125.979
1966	135.968	845.344	4.013	406.833	1.392.157
1967	206.692	1.029.071	7.792	362.474	1.606.029
1968	220.365	1.173.439	3.579	382.999	1.780.382

Fonte: Banco do Brasil (Vários Anos).

Tabela 2 - Créditos Concedidos pela CREA por segmento industrial, entre 1939 e 1968, em NCr\$ mil de 1968

Ano	Total	Minerais não metálicos	Metalúrgicas	Material de transportes	Papel e papelão	Químicas e farmacêuticas	Têxteis	Produtos alimentares	Outros
1939-1945	330.136,50	16.508,25	78.051,47	32.349,69	43.751,18	23.875,69	30.162,77	69.512,96	35.924,51
1946	48.953,84	8.828,16	3.739,05	-	742,37	-	7.987,78	23.510,85	4.145,63
1947	31.953,48	721,03	1.581,95	407,98	3.385,36	1.065,73	6.853,16	16.870,87	1.067,40
1948	75.508,89	6.292,47	4.646,41	-	1.683,99	3.462,42	12.384,91	38.004,76	9.033,92
1949	97.648,91	3.870,51	3.342,57	-	871,90	944,56	25.427,81	52.123,94	11.067,61
1950	119.669,08	9.031,78	6.199,94	-	2.172,19	7.780,98	40.325,33	42.987,66	11.171,19
1951	221.215,58	21.812,74	51.266,76	3.890,88	3.068,93	11.074,09	51.841,28	51.265,41	26.995,50
1952	405.511,03	28.306,72	88.229,30	16.766,38	5.963,87	27.944,34	94.589,41	91.118,94	52.592,09
1953	216.600,07	24.711,00	10.821,82	4.478,58	1.348,24	16.759,31	39.031,58	83.584,34	35.865,20
1954	201.773,44	6.354,65	8.235,70	8.222,78	6.696,90	20.863,20	35.518,02	91.362,56	24.519,64
1955	213.308,72	6.706,50	8.851,32	4.020,77	2.716,67	13.396,25	32.932,43	114.346,46	30.338,32
1956	230.016,13	8.372,53	17.107,98	5.687,97	3.213,06	14.306,82	44.800,63	101.742,01	34.785,13
1957	314.449,43	9.524,01	27.648,84	7.624,36	2.577,17	31.515,17	61.535,25	112.625,84	61.398,80
1958	263.802,90	5.436,45	23.712,72	6.095,37	1.561,17	19.606,26	48.694,61	112.387,80	46.308,52
1959	222.070,06	3.397,19	15.594,84	2.767,86	3.734,40	17.616,54	58.368,02	86.356,71	34.234,51
1960	256.415,94	2.274,18	20.124,88	6.371,85	3.840,63	25.360,23	66.079,42	92.858,67	39.506,06
1961	331.825,15	4.995,92	16.073,34	6.569,87	2.168,79	22.076,01	66.912,55	167.377,90	45.650,78
1962	402.123,10	2.911,87	20.311,77	5.883,16	2.864,33	20.240,46	73.105,73	221.777,42	55.028,37
1963	327.323,39	2.731,19	14.655,18	3.430,64	2.937,70	14.462,00	51.193,20	189.937,76	47.975,72
1964	366.142,14	4.129,71	10.814,58	2.534,06	2.635,99	12.842,53	40.084,58	241.997,68	51.103,01
1965	314.781,84	4.252,52	15.192,32	2.989,81	4.365,31	24.332,04	64.535,31	150.182,86	48.931,66
1966	338.462,58	4.806,41	10.863,33	3.385,97	2.953,11	20.495,39	62.206,02	178.885,80	54.866,54
1967	399.714,08	11.423,88	35.724,96	27.329,37	4.390,39	20.860,99	75.287,86	145.855,90	78.840,72
1968	601.632,00	14.002,00	62.056,00	50.602,00	14.188,00	37.004,00	126.584,00	147.822,00	149.374,00

Fonte: Banco do Brasil (Vários Anos).

Tabela 3 - Participação dos principais segmentos industriais sobre o total do valor da produção e do total de crédito concedido pela CREAL, anos selecionados, em %

Segmentos Industriais	1939	1939-45	1949		1952		1959		1962		1967	
	Estrutura	Crédito	Estrutura	Crédito	Estrutura	Crédito	Estrutura	Crédito	Estrutura	Crédito	Estrutura	Crédito
Minerais não metálicos	5,20	5,00	7,40	3,96	8,90	6,98	6,70	1,53	5,00	0,72	5,60	2,86
Metalúrgicas	7,60	23,64	9,40	3,42	10,80	21,76	11,90	7,02	12,40	5,05	11,10	8,94
Mecânicas	3,80	2,22	2,20	0,00	2,30	0,52	3,50	2,55	3,20	2,23	5,20	2,85
Material elétrico e de comunicação	1,20	0,00	1,70	0,00	2,40	2,08	3,90	1,33	5,50	1,06	6,20	2,58
Material de transportes	0,60	9,80	2,30	0,00	4,10	4,13	7,60	1,25	10,20	1,46	8,00	6,84
Madeira	5,30	3,17	6,10	1,56	6,00	1,26	5,50	1,80	4,50	1,66	3,80	2,17
Papel e papelão	1,50	13,25	2,10	0,89	2,30	1,47	3,10	1,68	2,90	0,71	3,30	1,10
Borracha	0,70	0,00	2,00	0,00	2,20	0,72	2,30	0,74	2,00	0,35	2,00	1,25
Couros e peles e produtos similares	1,70	1,12	1,30	1,00	1,40	1,34	1,10	1,67	1,00	1,60	0,80	1,75
Químicas e farmacêuticas	9,80	7,23	9,40	0,97	10,30	6,89	13,40	7,93	14,00	5,03	18,80	5,22
Têxteis	22,20	9,14	20,10	26,04	16,20	23,33	12,00	26,28	13,80	18,18	9,70	18,84
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	4,90	0,00	4,30	0,00	4,60	0,33	3,60	1,16	3,40	1,73	3,00	2,61
Produtos alimentares	24,20	21,06	19,70	53,38	17,00	22,47	16,60	38,89	13,30	55,15	13,40	36,49
Bebidas	4,40	0,00	4,30	0,00	3,40	1,50	2,90	2,15	2,60	1,30	2,40	1,23
Fumo	2,30	0,57	1,60	1,86	1,80	0,72	1,30	2,06	1,90	1,35	1,70	0,87
Editoriais e gráficas	3,60	0,00	4,20	1,42	3,70	2,35	3,00	0,47	2,50	0,34	3,00	2,21
Diversas	1,00	3,80	1,90	5,50	2,60	1,42	1,60	1,20	1,80	1,34	2,00	1,00

Fonte: Para os dados da Estrutura Industrial, Baer (1979, p. 302) e Créditos Concedidos Banco do Brasil (Vários Anos).

Tabela 4 - Participação das principais culturas agrícolas sobre o total do valor da produção agrícola e do total de crédito concedido pela CREA, anos selecionados, em %

Produtos	1939		1945		1952		1959		1962		1967	
	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito	Valor	Crédito
Exportação	46,2	78,4	33,3	88,0	46,3	57,7	34,9	46,0	28,1	34,2	22,7	24,0
Algodão	22,7	9,9	12,3	77,2	15,8	17,5	9,2	12,7	10,6	13,9	7,5	14,0
Cacau	2,1	0,0	1,2	0,2	1,4	0,7	2,6	1,0	1,3	1,5	1,8	1,4
Cafê	21,4	68,4	19,8	10,6	29,1	39,5	23,2	32,3	16,2	18,8	13,4	8,7
Consumo Interno	53,8	21,6	66,7	12,0	53,7	42,3	65,1	54,0	71,9	65,8	77,3	76,0
Amendoim	0,0	0,0	0,2	0,0	0,5	0,0	1,0	0,5	1,6	1,1	1,7	2,5
Arroz	10,1	16,5	13,0	5,7	10,0	8,9	13,6	19,6	16,9	31,0	17,3	29,4
Banana	1,9	0,0	2,2	0,0	2,4	0,0	2,9	0,0	3,1	0,0	3,9	0,0
Batatas	2,6	0,0	4,9	0,2	2,9	0,7	3,6	0,3	3,3	1,3	4,1	2,2
Cana	7,5	0,0	9,0	5,1	6,7	25,5	7,4	12,2	7,6	2,3	10,0	5,8
Cebola	0,0	0,0	0,8	0,0	0,6	0,0	1,0	0,1	0,7	0,1	0,8	0,1
Feijão	5,2	0,0	6,3	0,0	5,4	0,2	8,8	1,0	9,7	3,2	8,1	4,5
Laranja	2,8	0,0	1,6	0,0	1,3	0,0	1,9	0,2	1,3	0,3	2,1	0,3
Mandioca	7,1	2,7	9,0	0,1	7,0	1,3	6,7	0,9	8,5	3,9	8,7	1,7
Milho	15,9	0,2	18,0	0,8	13,2	3,0	13,9	6,1	14,5	18,9	14,6	20,4
Soja	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3	0,1	0,6	0,9	1,4	3,8
Tomate	0,0	2,2	0,5	0,0	0,7	0,7	1,1	0,7	1,1	0,4	2,1	0,7
Trigo	0,7	0,0	1,3	0,0	2,8	1,9	2,7	12,2	2,9	2,3	2,3	4,5

Fonte: Para os dados do Valor da Produção Pecuária, IBGE (2018) e Créditos Concedidos Banco do Brasil (Vários Anos).

Nota: a classificação de produtos para exportação e produtos para consumo interno foi realizada de acordo com os Relatórios do Banco do Brasil (1961, p.9).